

dívida externa
**Levantamento,
patrocinado pela CNBB,
mostra que 5,1% dos
eleitores votaram**

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – Um total de cinco milhões de pessoas defendeu nas urnas a realização de auditoria na dívida externa brasileira, a revisão do atual acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional e a decretação de moratória das dívidas internas da União, dos Estados e municípios. Esse foi o resultado do plebiscito sobre a dívida interna e externa brasileira, patrocinado pela Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) junto com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e sindicatos.

Dados preliminares divulgados ontem pelos promotores mostram que um total de 5.475.115 pessoas – o correspondente a 5,16% do número total de eleitores do País – compareceu às urnas. A expectativa dos organizadores é a de que o número de votantes deverá chegar perto dos seis milhões, porque, até ontem, ainda faltava contar parte dos votos. “Não podemos colocar a vida acima da dívida e ficamos muito impressionados com a mobilização do povo brasileiro”, disse o secretário executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, Ervino Schmidt. “O resultado do plebiscito revela que a população está preocupada com a dívida e sabe que o governo é mentiroso”, afirmou o coordenador do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stédile. “Esse plebiscito mostra que a sociedade é mais ampla do que o governo”, argumentou d. Jacyr Braidó, bispo de Santos e responsável pelas pastorais sociais da CNBB.

O resultado do plebiscito foi comemorado pelos partidos de oposição e acabou se transformando em ato contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. “Queremos que o presidente ouça a voz das ruas e do povo para que o governo brasileiro deixe de priorizar o pagamento da dívida”, disse o presidente do PT, deputado José Dirceu (SP). “O sucesso do plebiscito se deve ao ‘efeito’ Malan”, ironizou. Há cerca de três semanas, antes do início da consulta à população, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que o plebiscito era “uma baboseira”. “O Ma-

lan é que acabou ajudando a gente a divulgar esse plebiscito”, completou o deputado Marcos Rolim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Segundo o padre Alfredo Gonçalves, que divulgou oficialmente o resultado do plebiscito, foram distribuídas 53.716 urnas por 3.444 municípios brasileiros entre os dias 2 e 7 de setembro. A maior adesão ao plebiscito foi no Estado do Espírito Santo: 17,4% do total de eleitores capixabas (335.016 votantes) compareceram às urnas. Em seguida, vem Rondônia com 14,7% (123.669 votantes). Em números absolutos, São Paulo foi o que apresentou maior contingente de eleitores do plebiscito: 1.049.047 votantes, o corresponde a 4,5% do total de eleitores do Estado. No Rio de Janeiro, a adesão foi baixa: apenas 2,7% do número de eleitores fluminenses (271.291 votantes) participaram do evento. O cardeal dom Eugênio Sales, que comanda a arquidiocese do Rio, recomendou aos fiéis o não comparecimento às urnas.

Ao anunciar o resultado final, os organizadores divulgaram um documento solicitando a realização de um plebiscito formal sobre a dívida externa brasileira. “Nossa mobilização continua, agora por uma auditoria da dívida, por um plebiscito oficial, na formulação de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social”, reivindicaram as entidades. “O sentido mais profundo do plebiscito nacional da dívida externa, realizado simbolicamente na semana em que se comemora a Independência do Brasil, é constituir um libelo contra a exploração a que é submetida a maior parte de nosso povo”, argumentaram, no documento, os patrocinadores do plebiscito.

O ESTADO DE SÃO PAULO

14 SET 2000

O ESTADO DE SÃO PAULO

FOTOGRAFIA